

política

PT aciona MP contra Leite por promoção pessoal

Bancada petista denuncia que documentário 'Todos nós por todos nós' busca projetar governador nacionalmente

/ INVESTIGAÇÃO

Bolívar Cavalari

bolivar@jcrs.com.br

A bancada do PT na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul entrou com representação junto ao Ministério Público do Estado (MPE) pedindo que seja suspensa a veiculação do documentário "Todos nós por todos nós", produzido pela Secretaria de Comunicação (Secom) do governo gaúcho e que retrata a atuação do Piratini no enfrentamento às cheias de maio de 2024 e na reconstrução do RS.

Assinado pelo líder da bancada de oposição no Parlamento, deputado Miguel Rosseto (PT), o ofício acusa o vídeo de ser "uma peça de publicidade cujo objetivo é promover nacionalmente a imagem" do governador Eduardo Leite (PSD).

No documento há o argumento de que o chefe do executivo gaúcho já se declarou como pré-candidato à presidência da República nas eleições gerais de 2026. O governador migrou do PSDB para o PSD na se-

mana passada, com objetivo de concorrer ao Planalto ou ao Senado no pleito do ano que vem.

"O material, embora apresentado como de interesse social, configura-se, na verdade, como uma peça de promoção pessoal do Governador, que já se declarou pré-candidato à Presidência da República nas eleições de 2026", diz o ofício, que também cita o uso de recursos públicos para a elaboração do filme.

Leite está cumprindo missão do governo do Estado em Nova York, nos Estados Unidos. De lá, se defendeu das acusações e disse que "tudo será devidamente esclarecido".

"Não sou eu quem faz o documentário. A Secretaria de Comunicação organizou esse documentário. E, naturalmente, o governador coordena as ações do atendimento às emergências, e está presente, como há a presença do próprio presidente da República também sendo demonstrada, e a gente tem que ter questão de destacar isso, e a participação dos próprios secretários de Estado."

A representação enviada pela

bancada do PT ao MPE ainda aponta que dos 42 minutos e 14 segundos totais do documentário, Eduardo Leite aparece em cena por 9 minutos e 2 segundos, equivalente a 21,83% do tempo de filme. "Por tal medida, possível se concluir de forma objetiva que o filme não é sobre o papel dos gaúchos perante a tragédia de maio de 2024 e nem sobre o papel do governo do Estado nos fatos, mas para exaltar a participação de Eduardo Leite nos eventos", diz o ofício.

A bancada petista pede a suspensão da veiculação do documentário, que está sendo apresentado em salas de cinema do Estado, e a instauração de uma investigação para apurar a prática de ato de improbidade administrativa em razão do uso de recursos públicos para suposta "promoção pessoal com finalidade eleitoral".

Em outra frente, o deputado federal Paulo Pimenta (PT), que atuou no período das enchentes como secretário Extraordinário da Reconstrução do governo federal, apresentou outra representação, desta vez ao Ministério Público Federal (MPF),



REPRODUÇÃO/JC

Eduardo Leite em cena do documentário que retrata enchente no Estado

com argumentos similares aos da bancada do PT na Assembleia. O parlamentar, porém, vai além, e pede a apuração de um suposto uso de recursos oriundos do Funrigs, fundo criado para financiar a reconstrução do RS e obras de proteção contra desastres.

Em resposta às acusações, a Secretaria de Comunicação do Estado emitiu nota em que nega o uso de recursos do Funrigs para produção do filme. "Toda a produção foi realizada pela equipe própria da Secom."

Nesta quinta-feira, Rosseto

apresentou ao MPE uma adição à denúncia pela utilização de um slogan da campanha eleitoral de 2022 de Leite no título do documentário, "Todos nós por todos nós".

Sobre isso, a nota da Secretaria de Comunicação afirma: "a Secom esclarece que a frase 'Todos nós por todos nós' foi usada em textos em diferentes contextos ao longo do tempo. Essa expressão é o conceito do Plano Rio Grande para representar o esforço e participação de todos durante as enchentes e a reconstrução do Estado".

Projeto que desburocratiza concessão de pensões é protocolado no Legislativo da Capital

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Sofia Utz

sofia@jcrs.com.br

Projeto para desburocratizar a concessão de pensões foi protocolado na Câmara pelo Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Porto Alegre (Previmpa). A proposta aumenta a gama de documentos aceitos para comprovação de união estável ou dependência econômica de servidores municipais já falecidos, as-

sim acelerando o processo de concessão das pensões.

Atualmente, a maioria dos requerimentos de pensão não são aprovados na fase documental, passando então para a análise de assistentes sociais, que realizam visitas ao endereço indicado e entrevistam pessoas próximas ao solicitante. Se mais tipos de documentos forem aceitos, haverá maior aprovação de casos na primeira etapa de análise, assim acelerando a disponibilização do benefício. A proposição também é uma tentativa

de modernizar a legislação que regula os processos do órgão, estabelecida em 2011.

Se aprovada a matéria, o Previmpa passará a aceitar como prova de união estável a apresentação de escritura pública ou de sentença judicial, que deve estar acompanhada de comprovante de mesmo domicílio. Na falta destes, é possível apresentar combinações de outros dois documentos, como certidão de nascimento de filho em comum, conta bancária conjunta e disposições testamentárias, por exemplo.

Para a comprovação de dependência financeira, será possível a apresentação de documentos como declaração de imposto renda do servidor público em que o solicitante conste como dependente e comprovante de aquisição de imóvel conjuntamente. Nestes casos, seguirá sendo necessário o parecer técnico de assistentes sociais para dar continuidade ao processo.

Na avaliação de Fabiano Behlke, diretor-geral do Previmpa, as novas diretrizes permitirão a concessão de benefícios de maneira

mais rápida, segura e justa. Mesmo com as alterações, Behlke afirma que não há previsão de aumento no número de pensionista, que hoje já são mais de 4 mil na Capital. "Não se trata da quantidade, mas sim do tempo de resposta que a gente vai dar ao pedidos que são feitos", pontuou.

Na próxima semana, os líderes das bancadas da Câmara definirão se a matéria será apreciada pelas comissões em reunião conjunta, o que aceleraria o caminho em direção à votação.

Dino acolhe explicação da Câmara sobre emenda de comissão após fala do líder do PL

/ STF

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino acolheu, nesta quinta-feira, as explicações da Câmara dos Deputados de que não há "suporte institucional" da casa sobre um possível acordo sobre a divisão de emendas de comissão.

A resposta ocorreu após declaração do líder do PL, deputado Sóstenes Cavalcante (RI), que citou o rompimento do acordo como uma alternativa extrema da sigla caso a proposta de anistia aos envolvidos

nos atos de 8 de janeiro de 2023 não fosse pautada para votação.

Em entrevista ao jornal O Globo, no mês passado, Sóstenes disse que o PL poderia não cumprir um acordo firmado pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), com os líderes, que prevê que o partido que comanda um colegiado fique com 30% dos repasses, enquanto os 70% restantes são distribuídos entre as demais legendas.

Na decisão, Dino afirmou que a declaração de Sóstenes não tem efeito legal e não representa a po-

sição institucional da Câmara, que reiterou seu compromisso com o plano de trabalho homologado pelo Supremo para assegurar a transparência na gestão dos recursos orçamentários.

Além disso, Dino reforçou que as chamadas "emendas de comissão" e "emendas de bancada" devem seguir regras claras e registrar, com precisão, quem propôs alterações no Orçamento. Essa exigência visa garantir transparência e controle público, impedindo que recursos sejam distribuídos de forma arbitrária ou oculta.



GUSTAVO MORENO/STF/JC

Flávio Dino reforça compromisso com transparência da gestão pública